



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/2017

PROCESSO Nº 392.002.367/2017

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB** torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO**, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos.

O presente certame será regido pela Lei no 13.303/2016, no que couber, lei 89666/93, regulamentado pelo Decreto Federal no 5.450/2005, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto 25.966/2005, Lei Complementar no 123/2006, Lei Distrital n.º 2.340/1999, Decretos Distritais: 26.851/2006, 33.243/2011, 34.518/2013 e Lei 13.303/2016, e no que couber, a Lei Federal 8.666/1993 e alterações posteriores, quando se tratar de serviços contínuos, 34.458/2013, 34.509/2013, 35.837/2014 e 36.304/2015, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

A **Concorrência** será realizada em sessão pública e os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/CODHAB designada pela Resolução: 100.000.260/2017 de 16 de agosto de 2017, página 35 nº 157 do Diário Oficial do Distrito Federal, e, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e homologação.

O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.codhab.df.gov.br.

A abertura do certame se dará em 15 (quinze) dias úteis após sua divulgação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) e Diário Oficial da União (DOU), em conformidade com a alínea “a”, inciso II do art. 39 da Lei nº 13.303/2016.

Edital: O processo referente ao presente certame está à disposição dos interessados para consulta e retirada do respectivo Edital, na sede da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF no endereço SCS, Quadra 06 Lotes 13/14. Bloco A, 6º Andar – CEP: 70.306-918. Brasília-DF. O presente Edital poderá ser retirado no site da CODHAB no endereço eletrônico <http://www.codhab.df.gov.br>.

Data de entrega e abertura dos envelopes: 12 de dezembro de 2017

Horário: 10:15hs (dez horas e quinze minutos - horário de Brasília)

Endereço: SCS – Setor Comercial Sul, Quadra 06, Bloco-“A”, 6º andar, Edifício da SEDHAB Brasília/DF.

Credenciamento: das 9:45 horas às 10:15 horas

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Edital consiste na execução de empreendimento habitacional de interesse social localizado em Sobradinho - RA V, conforme listado no item 4 Projeto Básico (LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), de acordo com os projetos técnicos, especificações, serviços e orçamento, contidos no Anexo I.a, Anexo I.b e Anexo I.c, em atendimento à política habitacional do Governo do Distrito Federal.

1.2. Demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

SCS Q.6 Bloco A Lotes 12/13 – Brasília / DF – CEP: 71988-001

CPL: (61) 3214-1830

www.codhab.df.gov.br



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- 1.3.1.** ANEXO I - Projeto Básico
- 1.3.2.** ANEXO I.a – PLANTAS DE SITUAÇÃO, MAPAS DE ENDEREÇOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS, LAUDOS DE SONDAGEM
- 1.3.3.** ANEXO I.b – PROJETOS DE ARQUITETURA, FUNDAÇÃO, ESTRUTURAL, INSTALAÇÕES (ELÉTRICA, ÁGUA, ESGOTO, TELEFONE)
- 1.3.4.** ANEXO I.c: PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- 1.3.5.** ANEXO I.d: DECLARAÇÃO DE VISTORIA
- 1.3.6.** ANEXO I.e: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS
- 1.3.7.** ANEXO I.f: DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES
- 1.3.8.** ANEXO I.g: PROPOSTA DE PREÇOS
- 1.3.9.** ANEXO II: MINUTA DE CONTRATO

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo da construção civil, individualmente ou em Consórcio, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, exigidas pelo Edital e seus Anexos.

2.2. Será admitida a participação de consórcio.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente, as empresas que se enquadrarem nas situações previstas no § 1º, art. 37 e art. 38 e seus incisos, da Lei 13.303/2016.

2.4. Art. 37. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas aos contratados, nos termos definidos no art. 83, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º O fornecedor incluído no cadastro referido no caput não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.

§ 2º Serão excluídos do cadastro referido no caput, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra eles promovida.

Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

- I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- II - suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

- I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
 - b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

2.4.1. Empresas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Distrito Federal, com os demais Estados e seus Municípios e bem como com a União.

2.4.1.1. Empresas que estejam temporariamente suspensas de participar de licitação ou de contratar com a Administração, em qualquer órgão ou entidade, seja federal, estadual, distrital ou municipal, da Administração Pública direta ou indireta. (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF).

2.4.2. Pessoas físicas não empresárias.

2.4.3. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.4.4. O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

2.4.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.5. É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: (Decreto nº 32.751/11, art. 8º)

I - contrato de serviço terceirizado;

II - contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;

III - convênios e os instrumentos equivalentes.

2.6. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (Decreto nº 32.751/11, art. 3º, § 3º).

2.7. É vedado o uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013.

2.8. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s).

2.9. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

2.10. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se à Comissão Permanente de Licitação - CPL para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

3.1.1. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

3.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- 3.2.1.** O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual deve ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
- 3.2.2.** O instrumento de procuração pública, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
- 3.3.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

- 4.1.** Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.
- 4.1.1.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.
- 4.1.1.1.** Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF - CODHAB
CONCORRÊNCIA Nº XX/2017
SESSÃO EM XX/XX/2017, ÀS 10:15 HORAS

- 4.1.1.2.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
- 4.2.** Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF - CODHAB
CONCORRÊNCIA Nº XX/2017
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 02
PROPOSTA DE PREÇOS
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF - CODHAB
CONCORRÊNCIA Nº XX/2017
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

- 5.1.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:
- 5.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 5.1.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 5.1.1.2.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

5.1.1.2.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

5.1.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

5.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.2. Relativos à Qualificação Técnica:

5.1.2.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA e/ou CAU, em nome da empresa participante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, na qual conste responsável técnico com habilitação em engenharia civil ou arquitetura para a execução das obras, emitida pelo CREA e/ou CAU da jurisdição da sede da participante.

5.1.2.2. Comprovar a capacidade técnico-profissional por meio da apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, que demonstre a aptidão para desempenho de atividade pertinente para cada tipo de serviço executado compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

5.1.2.3. Comprovar que cada profissional que apresentou atestado de capacidade técnico-profissional integra o quadro permanente da empresa participante.

5.1.2.4. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa participante o profissional que for sócio, diretor, empregado ou contratado.

5.1.2.5. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da participante será efetuada mediante a apresentação dos seguintes documentos, para fins deste Projeto Básico: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

5.1.2.6. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução de, no mínimo, **30% (trinta por cento) da área de construção estimadas nesta licitação para cada GRUPO**, referente à construção de unidades habitacionais coletivas residenciais.

5.1.2.7. Os atestados deverão estar devidamente registrados no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento, ou documento equivalente, que indique o licitante como empresa contratada.

5.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 1 (um) ano contados da data da sua apresentação;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

5.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.1.3.2.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

5.1.3.2.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

5.1.3.2.3. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

5.1.3.2.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui **patrimônio líquido** equivalente a **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5.1.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

5.1.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

5.1.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do DF, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.4.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

5.1.4.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

5.1.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

5.1.4.8. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.1.5. Documentos complementares:



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo constante no **Anexo I.e**, anexo a este Edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo constante no **Anexo I.f**, anexo a este Edital.

5.2. A comprovação dos requisitos de habilitação será exigida do licitante de acordo com o vulto e a complexidade de cada item.

5.3. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

5.3.1. Nesta hipótese, o licitante deverá apresentar no envelope relativo à documentação de habilitação, declaração expressa de que está cadastrado no SICAF.

5.3.2. A verificação se dará mediante consulta on-line, quando da abertura dos envelopes, devendo o resultado ser impresso, assinado pelos membros da Comissão e por todos os representantes dos licitantes presentes e anexado ao processo.

5.3.3. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, a Comissão verificará se o documento válido correspondente consta do envelope de habilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

5.3.4. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5.4. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5.4.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.4.2. DECLARAÇÃO DOS CONSÓRCIOS

5.4.2.1. No caso de consórcio, a documentação de habilitação deverá ser apresentada conforme abaixo:

5.4.2.2. Declarar no envelope de habilitação que, por ocasião de eventual assinatura do contrato decorrente desta licitação, providenciarão a lavratura definitiva do instrumento de constituição do consórcio, o que deverá ser comprovado com a publicação da respectiva certidão, bem como o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ou Conselho Regional de Arquitetura - CAU.

5.4.2.3. A prova de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal serão exigidas de todas as empresas que compõem o consórcio.

5.4.2.4. Para prova da Qualificação Econômico-Financeira, deverão ser apresentados os documentos referentes ao item 5.2.3 e seus subitens por todas as empresas componentes do consórcio.

5.4.2.5. A prova da Qualificação Técnica, constante no item 5 – DA HABILITAÇÃO, será exigida de todas as empresas que compõem o consórcio e para os itens 5.1.2 será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

5.4.2.6. A declaração de vistoria técnica citada no item 5.2 poderá ser comprovada por qualquer das empresas componentes do consórcio.

5.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

5.6. VISTORIAR O LOCAL DA OBRA E/OU SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO

5.6.1. À Licitante recomenda-se, antes da licitação:



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

I – Vistoriar o local da obra e/ou serviços objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, topografia, condições do terreno etc.;

II – É facultada a apresentação de Declaração de Vistoria, conforme modelo **Anexo I.d** a este Projeto Básico, assinada por Responsável Técnico da empresa, expressando inteiro conhecimento das condições a que se refere o item anterior.

5.6.2. Compete à empresa fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos arquitetônicos, dos detalhes, das especificações e dos demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela CODHAB para a execução da obra e/ou serviços.

5.6.3. Dos resultados desta verificação preliminar, que será feita antes da licitação da obra e serviços deverá a empresa dar imediata comunicação por escrito à CODHAB, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras e serviços.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. A empresa interessada em participar do certame licitatório deverá apresentar a documentação sobre as seguintes condições:

6.2. A empresa interessada em participar de um ou mais GRUPOS esta deverá entregar mais de um ENVELOPE Nº 02 com o valor e a quantidade UH permutável referente a cada grupo.

6.2.1. Ser apresentada em uma via, contendo todas as informações exigidas no modelo do **Anexo I.g** do Projeto Básico, Anexo a este Edital, constando o preço proposto por unidade habitacional e por tipologia, expresso em Reais (R\$) e o valor global do empreendimento, em algarismos arábicos e por extenso, devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

6.2.2. Indicar a razão social e número de inscrição no CNPJ, nome e identificação de seu representante legal e a data de sua apresentação conforme **Anexo I.g**;

6.2.3. Constar o Preço da unidade habitacional proposto, que deve incluir o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - e computar todos os custos necessários à elaboração dos projetos, à construção das unidades habitacionais, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas cartorárias, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

6.2.3.1. Indicar o grupo com a quantidade UH permutável e os valores ofertados; conforme planilha constante no **item 6.2** do Projeto Básico.

6.2.3.2. Indicar o prazo para a construção das unidades habitacionais, que não poderá ser superior ao prazo constante do **item 8** do Projeto Básico.

6.2.3.3. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

6.2.4. Os Orçamentos deverão atender aos seguintes requisitos:

6.2.4.1. Os valores monetários deverão ser expressos em Reais (R\$), com apenas duas casas decimais, desprezando as demais;

6.2.4.2. O BDI deverá estar expresso em percentual e em Reais (R\$).

6.3. O participante deverá elaborar o seu Orçamento Detalhado, com base neste Projeto Básico e seus anexos e na visita para conhecimento das condições locais, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento dos serviços, dos quantitativos, e dos demais custos que forem necessários para a construção das unidades habitacionais.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

6.4. As despesas com a administração local não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, devendo ser computadas no custo direto da obra, conforme subitem 9.1.2.5 do Acórdão nº 1.427/2007 TCU - Plenário.

6.5. O Cronograma físico-financeiro da edificação deverá representar o desenvolvimento previsto para a construção das unidades habitacionais em relação ao tempo, observando o prazo de execução proposto pelo participante, itens, etapas, fases, seus respectivos preços e os pagamentos.

6.6. Os Cronogramas físico-financeiros deverão ser obrigatoriamente, compatíveis com os prazos de execução propostos pelo participante e com os orçamentos apresentados.

6.7. O percentual atribuído para cada etapa dos diversos itens deverá ser coerente com a complexidade e a interdependência dos serviços, refletindo a proporcionalidade e sequência das etapas em relação ao total do item.

6.8. Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas efetivamente concluídas, o participante deverá preparar seu Cronograma físico-financeiro de forma a refletir adequadamente o andamento esperado dos serviços.

6.9. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob as alegações de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O preço de construção de cada unidade habitacional não poderá ser superior ao do item 6.1 deste Projeto Básico.

6.11. Cronograma físico-financeiro:

6.11.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

6.11.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual;

6.11.2.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

6.11.2.2. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto;

6.11.2.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

6.11.2.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 9º, II, do Decreto 7.983, de 2013;

6.11.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.12.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.2. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

6.13. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

6.14. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. O licitante deverá apresentar separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sob pena de desclassificação da proposta.

7.2. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei Distrital nº 4.611, de 2011, deverão apresentar a respectiva declaração separadamente dos Envelopes de nº 01.

7.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

7.2.2. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, ultrapassa o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), previstos no artigo 2º, inciso III, da Lei Distrital nº 4.611, de 2011.

7.2.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2.2.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades incidentes.

8. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

8.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

8.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

8.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

8.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme item próprio deste Edital.

8.5.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

8.5.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

8.6. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

8.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

8.7.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

8.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

8.8. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

8.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

8.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

9. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Será considerado inabilitado o licitante que:

9.1.1. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte.



- 9.1.2.** Incluir a proposta de preços no **Envelope nº 02**.
- 9.2.** A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1.** O critério de julgamento será o de menor preço GLOBAL.
- 10.1.1.** Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.
- 10.2.** Será **desclassificada** a proposta do licitante que não apresentar a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 10.3.** Também será desclassificada a proposta que:
- 10.3.1.** Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - 10.3.2.** Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;
 - 10.3.3.** Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
 - 10.3.4.** Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
 - 10.3.5.** Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão, ressalvadas as hipóteses admitidas no subitem abaixo;
 - 10.3.6.** Apresentar custos unitários superiores à média de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e IBGE, ou, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil (artigo 3º do Decreto 7.983, de 2013), ressalvadas as hipóteses a seguir admitidas;
 - 10.3.6.1.** Serão admitidos custos unitários superiores à mediana do SINAPI ou SICRO, desde que o preço global e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, já computado o percentual de BDI, fique igual ou abaixo do valor calculado a partir do sistema de referência utilizado.
 - 10.3.6.2.** Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite fixado no subitem acima, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.
 - 10.3.7.** Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - 10.3.8.** Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
 - 10.3.8.1.** Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a)** Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

b) Valor orçado pela Administração.

10.3.8.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de **02 (dois) dias úteis** para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

10.3.9. Apresentar, na composição de seus preços:

10.3.9.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;

10.3.9.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

10.3.9.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

10.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

10.6. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:

10.6.1.A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

10.6.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

10.6.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

10.6.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

10.6.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

10.6.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não ME existindo/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial.

10.7. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.7.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

10.7.1.1. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

10.7.1.2. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

10.8. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.8.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

10.8.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.9. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

12. DO CONTRATO

12.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

12.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

12.2. Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.3. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

12.4. Ao assinar o contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais.

12.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.6. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

12.7. As obras iniciarão somente após a aprovação do projeto executivo pela autoridade competente, nos termos do §2º, do artigo 43 da Lei federal nº 13.303/2016 (Estatuto das Estatais).

13. DA GARANTIA

13.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor da avaliação dos terrenos e projetos, nos termos do art. 69 Inciso V da Lei 13.303/2016 e o art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos públicos, com registro na SELIC;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

13.2. A empresa contratada tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura do contrato firmado, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

13.3. Para corrigir eventuais imperfeições verificadas na execução do contrato ou no caso de sua rescisão por culpa exclusiva da empresa, a CODHAB/DF poderá utilizar-se da garantia, revertendo-a efetiva e definitivamente a seu favor, na sua totalidade ou pelo saldo que apresentar, sem prejuízo das perdas e danos apurados.

13.4. A empresa contratada se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data em que for notificada pela CODHAB/DF, mediante correspondência entregue com contra recibo.

13.5. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

13.6. Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

13.7. Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados no BRB Banco de Brasília, à ordem do Diretor Presidente da CODHAB/DF, conforme estabelecido no Decreto n.º 93.872/ 1986.

13.8. A garantia prestada pela empresa selecionada será liberada ou restituída após a plena execução do contrato firmado entre a empresa e o agente financeiro. Quando a garantia for realizada em dinheiro, a mesma deverá ser atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

14. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

14.1. Nos termos do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.1.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

14.1.2. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

poderá ser reduzida, em favor da Contratada, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante à da segunda colocada na licitação e observados, nos custos unitários dos aditivos contratuais, os limites estabelecidos para os custos unitários de referência.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A Licitante somente poderá subcontratar parte da obra mediante anuência prévia e formal da CODHAB; desde que, não ultrapasse o limite de 20% do valor global do Contrato, conforme prevê o artigo 78 da Lei nº 13.303/2016.

16.2. Em hipótese alguma, será admitida a subcontratação de empresas não indicadas formalmente na Proposta Comercial apresentada no ato da Licitação, e prévia e formalmente autorizadas pela CODHAB;

16.3. Antes do início dos trabalhos, a Licitante deverá apresentar à fiscalização as medidas de segurança à serem adotadas durante a execução das parcelas da obra, atendendo aos princípios e disposições da NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

16.4. Caberá à Licitante manter no canteiro de obra medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que eventualmente ocorram durante a execução dos trabalhos nos termos da NR 18.

16.5. A Licitante fornecerá o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO, o Programa de Prevenção de Risco Ambiental – PPRA e o Programa de Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção para a obra, cumprindo os programas fornecidos.

16.6. A Licitante manterá organizada, limpa e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de obra, especialmente as vias de circulação, passagens, escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

16.7. A Licitante deverá sinalizar com placas de advertência, cones, faixas de alerta e interdição, os locais em que a execução da reforma estiver próximo às áreas de circulação ou de trabalho dos servidores.

16.8. A Licitante deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruindo portas e acessos.

16.9. Caberá à Licitante comunicar à fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução da obra, inclusive princípios de incêndio.

16.10. Ficará por conta de a Licitante estabelecer o seu horário de trabalho, de acordo com as normas locais e a CLT.

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ PRAZO DE EXECUÇÃO

17.1. O PRAZO DE EXECUÇÃO das obras é de 18 (dezoito) meses, obedecendo às etapas do cronograma físico-financeiro, devendo qualquer atraso e/ou desvio em relação ao cumprimento das etapas previstas serem obrigatoriamente justificado previamente ao executor do contrato.

17.2. O PRAZO DE VIGÊNCIA contratual será de 36 (Trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato com a CODHAB.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

17.3. O PRAZO MÁXIMO PARA INÍCIO DAS OBRAS será de 06 (seis) meses, a partir da emissão da ordem de serviço pelo executor/comissão executora do Contrato, incluindo todo o prazo para emissão de Alvará de construção, registro de memorial de incorporação, procedimentos para obtenção de financiamento das obras, se for o caso, análise da demanda indicada pela CODHAB; remoção de interferências de rede ou outros.

17.4. Não estão incluídos no prazo de execução das obras os prazos de avaliação pela equipe técnica e os prazos para eventuais correções e reavaliação dos serviços executados pelo executor do contrato da CODHAB/DF;

17.5. Sendo necessário e devidamente justificado, os prazos de execução dos serviços, avaliação e correção das imperfeições, poderão ser alterados pelo executor do contrato, desde que respeitado o prazo de vigência do contrato.

17.6. Os serviços serão executados dentro do prazo de vigência do contrato, observando as etapas do cronograma físico-financeiro.

18. DO PREÇO

ENDEREÇO	LOTE	Unidades Habitacionais – Área apt.	Área Estimada da Edificação	Valor obra
QD 02 CJ B7 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ²	8.630,64 m ²	17.352.851,42
		24 UH – 03 QT – 68 m ²		
QD 02 CJ B7 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ²	8.590,27 m ²	17.342.775,55
		24 UH – 03 QT – 68 m ²		
QD 02 CJ B4 PROJ B	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ²	8.511,46 m ²	17.055.091,77
		24 UH – 03 QT – 68 m ²		
QD 02 CJ C6 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ²	8.641,80 m ²	17.802.066,78
		24 UH – 03 QT – 68 m ²		
QD 02 CJ C6 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ²	8.662,97 m ²	17.807.460,41
		24 H – 03 QT – 68 m ²		

18.1. Os custos totais referentes às projeções para os cinco empreendimentos é de **R\$ 87.360.245,93 (oitenta e sete milhões trezentos e sessenta mil e duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos)**.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

20. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA QUALIDADE

20.1. Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal deverá designar formalmente o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) que deverá(ão) responder pelas atribuições inerentes ao(s) fiscal(is) do contrato, titular e substituto, o exercício da atividade 12 estabelecida pela Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973. A estes caberá a responsabilidade de acompanhar a execução do Contrato, aferir as medições das diversas etapas de execução, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, e emitir o termo de recebimento provisório de conclusão da obra.

20.2. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser dirimidas pela fiscalização formalmente designada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB.

20.3. Todos os ensaios e medições consequentes à análise técnica deverão ser devidamente registrados em formulários específicos a serem encaminhados à fiscalização, do qual conste a data e horário de realização (leitura), o nome do técnico executante, a assinatura da pessoa responsável e os parâmetros e normas técnicas de referência.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

20.4. A Contratante realizará inspeções periódicas nas obras, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

20.5. A presença da fiscalização durante a execução da obra, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução do serviço, inclusive pelos trabalhos executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

20.6. Durante a execução do contrato, o executor do contrato ou fiscal contratado poderá solicitar à Contratada uma via (ou cópia) das notas fiscais de simples remessa dos materiais e equipamentos por ela adquiridos e que se constituam em parte do fornecimento; sendo que, no ato da entrega destes à Contratada, no canteiro de obras, o executor do contrato ou fiscal poderá supervisionar a conferência qualitativa e quantitativa, com base nas especificações dos itens constantes da planilha de composição de custos e formação de preços discriminados em Contrato.

20.7. A supervisão realizada no ato da entrega da obra pela Contratada não se constituirá em aceite ou recebimento a ser atestado pelo executor ou fiscal da CODHAB; muito embora, estes gozem da prerrogativa de rejeitar parcialmente ou totalmente a obra, caso fique constatado que não corresponde às especificações técnicas discriminadas em Contrato.

20.8. Independentemente das ações de acompanhamento e controle da execução da obra, as medições serão realizadas em conformidade com o cronograma físico-financeiro, com foco no escopo das parcelas da obra efetivamente executadas, visando à plena e perfeita conclusão do objeto contratual.

20.9. Acompanhar os requerimentos de vistoria e medição ao término de cada etapa de execução/fornecimento; ou até mesmo, mensagens eletrônicas (e-mail), pareceres e laudos técnicos exarados pelos responsáveis da Contratada, com registro da evolução das parcelas da obra executadas, bem como, de possíveis anomalias porventura identificadas ao longo da execução dos trabalhos.

20.10. À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- I - Solicitar Diário de Obras, modelo CODHAB, devidamente preenchido na obra;
- II - Solicitar a retirada imediata da obra, do engenheiro, arquiteto, mestre ou qualquer operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências. (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do Contrato);
- III - Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- IV - Ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO por escrito correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra.

20.11. Todas as Ordens de Serviço ou quaisquer comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, serão registradas no Diário de Obras, podendo ainda ser transmitidas por escrito, em folha de papel ofício devidamente numerada e em duas vias, uma das quais ficará em poder da firma CONTRATADA e a outra com a CODHAB.

20.12. Para qualquer obra/serviço mal executado, a FISCALIZAÇÃO da CODHAB reservar-se-á o direito de modificar, mandar refazer, substituir da forma e com os materiais que melhor lhe convier, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão da obra.

20.13. No Diário de Obras deverão constar as anotações:

I - Pela CONTRATADA:

- a) As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- b) As consultas à FISCALIZAÇÃO;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) As respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- f) A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;
- g) Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados;
- h) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água;
- i) Efetivo diário de operários presentes;
- j) Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

II - Pela FISCALIZAÇÃO:

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;
- b) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "a" anterior;
- c) Juízo formado sobre o andamento da obra/serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- d) Observações relativas aos registros efetuados pela CONTRATADA no Diário de Obras;
- e) Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a Direção da CODHAB;
- f) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- g) Determinação de providências para cumprimento dos termos do Contrato, dos projetos e especificações;
- h) Aprovação das medições para faturamento;
- i) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

20.14. Todos os materiais a empregar na obra serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e por suas especificações.

20.15. Cada lote ou partida de material deverá, além de outras averiguações, ser submetido à apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO da CODHAB, quer através do próprio material, quer através de catálogos técnicos.

20.16. As amostras dos materiais aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, depois de convenientemente autenticadas por esta e pelo construtor, deverão ser cuidadosamente conservadas no canteiro de obras até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

21. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES.

21.1. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

- a) Qualquer divergência entre a Planilha Orçamentária e o Caderno de Especificações; desenho de detalhes e o projeto arquitetônico, desenhos de projetos arquitetônicos e o Caderno de Especificações; cotas de desenhos e suas dimensões medidas em escala, desenhos de escalas diferentes, será definida pelo executor ou fiscal da obra.
- b) Em caso de divergências entre o Caderno de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas;
- c) Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no presente Caderno de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO da CODHAB;
- d) Não caberá à CONTRATADA alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

21.2. À CONTRATADA, fica vetado o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução das obras, proveniente de pessoas não autorizadas.



22. DA RESCISÃO DO CONTRATO

22.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 68 a 69 da Lei 13.303 de 2016 e 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

23. REAJUSTAMENTO

23.1. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei 9.069/95. Ultrapassado esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei nº 10.192/01, adotando-se o INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV - ICC Brasília. O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste/repactuação será a data da apresentação da proposta, desde que o contrato seja assinado no prazo de sua validade.

24. MEDIÇÃO DE SERVIÇOS

25.1. Para as fases intermediárias a aceitação dos serviços estará condicionada à apresentação e aceitação da planilha de medição dos serviços, ao preenchimento e assinatura do diário de ocorrência de obras, e à perfeita execução dos serviços segundo os projetos e especificações fornecidos de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro, vistoriadas pelo executor do contrato, fiscal da obra ou comissão designada.

25. DOS RECURSOS E ARBITRAGENS

25.1. Para qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no presente Caderno de Especificações, nos desenhos de projetos e detalhes inerentes a cada obra e/ou serviço ou no Contrato de que faz parte, a CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CODHAB para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada.

25.2. Caso a CONTRATADA não atenda as solicitações e ou não resolva as pendências poderá ser penalizada conforme item 21 deste Projeto Básico.

26. PROPOSTA DE PREÇO

26.1. A empresa interessada em participar do certame licitatório deverá apresentar a documentação sobre as seguintes condições:

26.1.1. Ser apresentada em uma via, contendo todas as informações exigidas no modelo do Anexo I.g deste Projeto Básico, constando o preço proposto por unidade habitacional e por tipologia, expresso em Reais (R\$) e o valor global do empreendimento, em algarismos arábicos e por extenso, devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

26.1.2. Indicar a razão social, número de inscrição no CNPJ, nome e identificação de seu representante legal e a data de sua apresentação conforme Anexo I.g;

26.1.3. Constar o Preço da unidade habitacional proposto, que deve incluir o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - e computar todos os custos necessários à elaboração dos projetos, à construção das unidades habitacionais, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas cartorárias, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

26.1.4. Indicar o prazo para a construção das unidades habitacionais, que não poderá ser superior ao prazo constante do item 8 deste Projeto Básico.

26.1.5. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

26.2. Os Orçamentos deverão atender aos seguintes requisitos:



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

26.2.1. Os valores monetários deverão ser expressos em Reais (R\$), com apenas duas casas decimais, desprezando as demais;

26.2.2. O BDI deverá estar expresso em percentual e em Reais (R\$).

26.3. O participante deverá elaborar o seu Orçamento Detalhado, com base neste Projeto Básico e seus anexos e na visita para conhecimento das condições locais, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento dos serviços, dos quantitativos, e dos demais custos que forem necessários para a construção das unidades habitacionais.

26.4. As despesas com a administração local não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, devendo ser computadas no custo direto da obra, conforme subitem 9.1.2.5 do Acórdão nº 1.427/2007 TCU - Plenário.

26.5. O percentual atribuído para cada etapa dos diversos itens deverá ser coerente com a complexidade e a interdependência dos serviços, refletindo a proporcionalidade e sequência das etapas em relação ao total do item.

26.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob as alegações de erro, omissão ou qualquer O preço de construção de cada unidade habitacional não poderá ser superior ao do item 6.1 do Projeto Básico.

27. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

27.1. A empresa participante será classificada por dois (dois) critérios de pontuação que julgará a **maior pontuação** a quem ofertar o menor custo da unidade habitacional e o maior número de unidades habitacionais para o patrimônio da CODHAB, conforme Tabelas 01 e 02 abaixo descritas.

27.2. A Comissão de Licitação procederá à classificação das empresas em ordem decrescente, em função da proposta de preço apresentada, sendo denominada como classificação original.

Tabela A

Preço MAIOR que o VALOR de REFERÊNCIA					Preço MENOR ou IGUAL ao VALOR de REFERÊNCIA			
>20% ou superior	>15 a 20%	>10 a 15%	>5 a 10%	>0 a 5%	≤0 a 5%	<5 a 10%	<10 a 15%	<15% ou superior
0	12,5	25	37,5	50	62,5	75	87,5	100

Tabela B

UNIDADE HABITACIONAIS			
REFERÊNCIA Tabela item 6.2	QT UH +1	QT UH +2	QT UH +3
Pontuação	30	60	100

Total da Pontuação Final:

PF = (pontos tabela A) + (pontos tabela B x 0,60)

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais ou condições do presente Projeto Básico, serão aplicadas as penalidades constantes na Lei 13303/2016, Artigo 82, 83 e 84.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. São anexos ao presente projeto básicos:

29.1.1. ANEXO I.a: PLANTA DE SITUAÇÃO -

29.1.2. ANEXO I.b:

29.1.2.1. PROJETO DE ARQUITETURA,



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- 29.1.2.2. FUNDAÇÃO,**
- 29.1.2.3. ESTRUTURAL,**
- 29.1.2.4. INSTALAÇÕES ELÉTRICA,**
- 29.1.2.5. HIDROSSANITÁRIO E ÁGUAS PLUVIAIS,**
- 29.1.2.6. PREVENÇÃO DE COMBATE A INCENDIO E INSTALAÇÕES DE GÁS,**
- 29.1.2.7. TELEFONE, INTERFONE E ANTENA,**
- 29.1.2.8. INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTÃO,**
- 29.1.2.9. INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTÃO,**
- 29.1.2.10. INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA,**
- 29.1.2.11. ESQUADRIAS,**
- 29.1.2.12. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA,**
- 29.1.2.13. RRT**

29.1.3. ANEXO I.c: PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

29.1.4. ANEXO I.d: DECLARAÇÃO DE VISTORIA.

29.1.5. ANEXO I.e: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

29.1.6. ANEXO I.f: DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES

29.1.7. ANEXO I.g: PROPOSTA DE PREÇO

29.1.8. ANEXO II: MINUTA DE CONTRATO

29.2. A autoridade competente poderá revogar o Edital de Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as empresas participantes.

29.4. Se houver indícios de conluio entre as empresas participantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Comissão de Licitação comunicará os fatos verificados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para as providências devidas.

29.5. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação

Brasília, 17 de novembro de 2017.

Fábio Castelo Branco
Membro – CPL/CODHAB



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO I

PROJETO BÁSICO
Processo nº: 392.002.367/2017

1. OBJETO

1.1. O objeto deste Projeto Básico consiste na execução de empreendimento habitacional de interesse social localizado em Sobradinho - RA V, conforme listado no item 4 (LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), de acordo com os projetos técnicos, especificações, serviços e orçamento, contidos no **Anexo I.a, Anexo I.b e Anexo I.c**, em atendimento à política habitacional do Governo do Distrito Federal.

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo é a seleção de empresa para a execução de edificação em terreno de propriedade da CODHAB/DF situado na Região Administrativa de Sobradinho, com vistas a atender famílias que satisfaçam aos critérios da Lei Distrital nº. 3.877/2006, conforme especificações técnicas constantes neste Projeto Básico.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Para atingir seus objetivos no âmbito do Programa Governamental Território da Gente, a atual gestão, por meio da nova política habitacional do DF, o HABITA BRASILIA, priorizará a moradia em cinco linhas de atuação: Lotes urbanizados de interesse social, Locação Social, Assistência Técnica, Incorporação de edifícios de uso misto e Produção de unidades habitacionais.

3.2. Estas unidades habitacionais disponibilizadas para a CODHAB atenderão o Programa Governamental especificamente na sua linha de atuação para a Locação Social, além da possibilidade das demais unidades habitacionais atender a lista da CODHAB (Produção de Unidades Habitacionais).

3.3. A ação consiste numa iniciativa da CODHAB para intervir nos espaços ainda não habitados ou invadidos em áreas de interesse social buscando proporcionar mais cidadania com a melhoria na qualidade de vida, criando espaços dignos, aumentando a autoestima da população, demonstrando que é possível com baixo orçamento executar obras de qualidade que minimizarão um déficit habitacional que atinge 117.710 mil brasilienses e aumenta a cada ano. Apenas entre o ano de 2008 e 2014 a deficiência cresceu 25%, o que desafia o governo a reformular a política do Setor.

3.4. Além disso, o crescente apelo dos Movimentos Sociais que lutam por moradia digna, tem crescido muito nos últimos anos, trazendo a tona um cenário que se não houver um programa habitacional efetivo, as invasões serão certas ocasionando atrasos na execução do planejamento habitacional.

3.5. Os terrenos são de propriedade desta Companhia e a Certidão de ônus comprobatória da dominialidade do lote por parte da CODHAB foi apensada às folhas 423 e 424 deste Processo.

3.6. Os projetos de arquitetura e complementares fornecidos por esta CODHAB para a construção de edificações em Sobradinho foram frutos do Processo nº 392.000.159/2016, cujo objeto é o Concurso de Arquitetura 05/2016, para selecionar Projeto de Arquitetura para Unidades Habitacionais coletivas, localizados em Sobradinho (Qd 02 Conjuntos B7A, B7C, B4B, B6A e B6C), na Região Administrativa - RA V, totalizando cinco empreendimentos. Faz parte deste contrato (Concurso 05/2016) além dos projetos de arquitetura, o desenvolvimento e aprovação de todos os projetos complementares (elétrica, hidrosanitário, tv/telefone/antena, para-raio, incêndio, gás, estrutura e fundação, sistema de aquecimento solar, esquadrias),



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

3.7. Os custos totais referentes aos projetos para os cinco empreendimentos é de R\$ 1.131.187,76. Para cada projeto (Endereço) o valor é de R\$ 226.237,55 (duzentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Estas informações estão presentes no Processo nº 392.000.159/2016.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. As unidades habitacionais deverão ser construídas em Sobradinho - RA V nos seguintes endereços abaixo conforme tabela.

4.2. A planta de situação da região de Sobradinho e o mapeamento de localização e endereçamento encontram-se no Anexo I.a deste Projeto Básico.

GRUPO	ENDEREÇO	LOTE	Unidades Habitacionais – Área estimada	Área Estimada da Edificação
01	QD 02 CJ B7 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ² 24 UH – 03 QT – 68 m ²	8.630,64 m ²
02	QD 02 CJ B7 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ² 24 UH – 03 QT – 68 m ²	8.590,27 m ²
03	QD 02 CJ B4 PROJ B	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ² 24 UH – 03 QT – 68 m ²	8.511,46 m ²
04	QD 02 CJ C6 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ² 24 UH – 03 QT – 68 m ²	8.641,80 m ²
05	QD 02 CJ C6 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m ² 24 UH – 03 QT – 68 m ²	8.662,97 m ²

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa ou empresas contratadas executará a obra do grupo escolhido conforme o Projeto de Arquitetura e Complementares, Especificações Técnicas contidos no Anexo I.a, bem como os serviços especificados em Planilha Orçamentária contida no Anexo I.c deste Projeto Básico.

5.2. A empresa contratada executará os seguintes serviços técnicos assim discriminados:

5.2.1. Instalação de canteiro de obras;

5.2.2. Demolição das edificações e remoção de interferências das concessionárias existentes no lote, objeto deste Projeto Básico; se necessário.

5.2.3. Retirada e correta destinação do entulho gerado pelas demolições e demais resíduos de obra;

5.2.4. Locação da obra;

5.2.5. Execução de terraplanagem, bota fora de terra;

5.2.6. Raspagem e limpeza do terreno;

5.2.7. Levantamento topográfico;

5.2.8. Execução de aterro compactado (somente interno à edificação);

5.2.9. Execução das obras de fundações, estruturas, vedações, esquadrias, revestimentos, pinturas, coberturas, instalações e todos os elementos construtivos, mobiliários, peças, louças e metais necessários conforme Projetos e Especificações Técnicas contidas no Anexo I.a e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico;

5.2.10. Construção de calçadas, taludes e jardins ao redor do prédio serão de responsabilidade da empresa contratada.

5.2.11. Limpeza e conservação da obra;

5.2.12. Garantir que as instalações, equipamentos e aparelhos apresentem perfeito funcionamento, devendo todas as instalações estar definitivamente ligadas.

5.2.13. Elaborar relatório dos trabalhos iniciados, indicando o avanço realizado, individualizados por itens de fornecimento; quando for o caso, elaborar relatório com ações a serem adotadas



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

para a imediata correção das faltas ou anormalidades identificadas pelo executor do contrato ou pela comissão designada tanto para as etapas intermediárias como para entrega provisória e definitiva da obra;

6. VALOR ESTIMADO:

6.1. No valor estão incluídos os custos da execução das obras da edificação, das interligações de serviços públicos (água potável, água pluvial, esgoto, energia e telefonia), emissão dos documentos cartoriais e taxas/emolumentos relativos a requerimentos, aprovações, licenças, autorizações.

ENDEREÇO	LOTE	Unidades Habitacionais – Área aptº	Área Estimada da Edificação	Valor obra
QD 02 CJ B7 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m²	8.630,64 m²	17.352.851,42
		24 UH – 03 QT – 68 m²		
QD 02 CJ B7 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m²	8.590,27 m²	17.342.775,55
		24 UH – 03 QT – 68 m²		
QD 02 CJ B4 PROJ B	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m²	8.511,46 m²	17.055.091,77
		24 UH – 03 QT – 68 m²		
QD 02 CJ C6 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m²	8.641,80 m²	17.802.066,78
		24 UH – 03 QT – 68 m²		
QD 02 CJ C6 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m²	8.662,97 m²	17.807.460,41
		24 UH – 03 QT – 68 m²		

6.2. Para fins da cobrança sobre o terreno, bem como ressarcimento dos custos de fornecimento de projetos executivos fornecidos por esta CODHAB, será feita permuta em unidades habitacionais, onde a Empresa oferece em pagamento à CODHAB imóveis constituídos de 07 unidades de 02 quartos e 07 unidades de 03 quartos, conforme segue:

GRUPO	ENDEREÇO	Valor de avaliação do terreno (A)	Valor Projeto (Fixo) (B)	Valor Final (A+B)	Valor obra	% permuta	Valor UH de 02 e 03 QT	Qt de UH
1	QD 02 CJ B7 PROJ A	2.600.000,00	226.237,55	2.826.237,55	17.352.851,42	6,14%	199.113,58	7
							225.251,51	7
2	QD 02 CJ B7 PROJ C	2.500.000,00	226.237,55	2.726.237,55	17.342.775,55	6,36%	198.961,21	7
							225.206,73	7
3	QD 02 CJ B4 PROJ B	2.600.000,00	226.237,55	2.826.237,55	17.055.091,77	6,03%	195.588,95	7
							221.638,09	7
4	QD 02 CJ C6 PROJ A	2.600.000,00	226.237,55	2.826.237,55	17.802.066,78	6,30%	204.269,13	7
							231.049,07	7
5	QD 02 CJ C6 PROJ C	2.600.000,00	226.237,55	2.826.237,55	17.807.460,41	6,30%	204.345,58	7
							231.068,17	7



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

6.3. As unidades remanescentes que não são objeto da permuta deverão ser oferecidas prioritariamente ao cadastro da CODHAB e não sendo garantida que a demanda interessada tenha capacidade financeira de aquisição dos imóveis ofertados, será permitida a comercialização da unidade ofertada para terceiros de fora do cadastro da CODHAB.

6.4.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA e/ou CAU, em nome da empresa participante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, na qual conste responsável técnico com habilitação em engenharia civil ou arquitetura para a execução das obras, emitida pelo CREA e/ou CAU da jurisdição da sede da participante.

7.2. Comprovar a capacidade técnico-profissional por meio da apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, que demonstre a aptidão para desempenho de atividade pertinente para cada tipo de serviço executado compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

7.3. Comprovar que cada profissional que apresentou atestado de capacidade técnico-profissional integra o quadro permanente da empresa participante.

7.4. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa participante o profissional que for sócio, diretor, empregado ou contratado.

7.5. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da participante será efetuada mediante a apresentação dos seguintes documentos, para fins deste Projeto Básico: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

7.6. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área de construção, estimada nesta licitação, referente à construção de unidades habitacionais coletivas residenciais.

7.7. Os atestados deverão estar devidamente registrados no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento, ou documento equivalente, que indique o licitante como empresa contratada.

8. PRAZOS

8.1. O PRAZO DE EXECUÇÃO das obras é de 18 (dezoito) meses, obedecendo às etapas do cronograma físico-financeiro, devendo qualquer atraso e/ou desvio em relação ao cumprimento das etapas previstas ser obrigatoriamente justificado previamente ao executor do contrato.

8.2. O PRAZO DE VIGÊNCIA contratual será de 36 (Trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato com a CODHAB.

8.3. O PRAZO MÁXIMO PARA INÍCIO DAS OBRAS será de 06 (seis) meses, a partir da emissão da ordem de serviço pelo executor/comissão executora do Contrato, incluindo todo o prazo para emissão de Alvará de construção, registro de memorial de incorporação, procedimentos para obtenção de financiamento das obras, se for o caso, análise da demanda indicada pela CODHAB; remoção de interferências de rede ou outros, se necessário.

8.4. Não estão incluídos no prazo de execução das obras os prazos de avaliação pela equipe técnica e os prazos para eventuais correções e reavaliação dos serviços executados pelo executor do contrato da CODHAB/DF;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

8.5. Sendo necessário e devidamente justificado, os prazos de execução dos serviços, avaliação e correção das imperfeições, poderão ser alterados pelo executor do contrato, desde que respeitado o prazo de vigência do contrato.

8.6. Os serviços serão executados dentro do prazo de vigência do contrato, observando as etapas do cronograma físico-financeiro.

8.7. A CODHAB fornecerá o cadastro para a Construtora para que proceda análise de manifestação de interesse dos candidatos habilitados. A construtora/incorporadora deverá assegurar que a unidade ofertada permaneça reservada para o cadastro de interessados da CODHAB, até que ocorra o contrato de financiamento/aquisição da unidade do candidato habilitado da CODHAB, ou até que toda a listagem de interessados encaminhada pela CODHAB tenha esgotado as chances de financiamento.

8.8. É vedada a comercialização da unidade ofertada para terceiros de fora do cadastro da CODHAB, até que toda a listagem de interessados encaminhada pela CODHAB tenha esgotado as chances de financiamento.

8.9. A construtora / incorporadora terá o prazo de até 30 (dez) dias corridos a cada remessa de lista para retornar a informação à CODHAB quanto ao sucesso da contratação de aquisição/financiamento da unidade com o candidato habilitado bem como informação quanto à reprovação/não aproveitamento de candidatos habilitados, devendo ser justificado individualmente o motivo que impediu a aquisição/contratação da unidade.

8.10. Tal exigência se faz necessária para que a CODHAB possa ter a informação detalhada da qualidade de seu cadastro, e trabalhar em novas modalidades de programas habitacionais de interesse social compatíveis com o perfil inscrito no cadastro em programas futuros.

8.11. O prazo mencionado poderá ser prorrogado desde que solicitado pela empresa construtora/incorporadora acompanhado da devida justificativa.

9. MEDIÇÃO DE SERVIÇOS

9.1. O fiscal da obra (executor do Contrato) fará medições mensais, por meio de vistoria da obra e conferência dos dados inseridos na planilha de levantamento de serviços (PLS), conforme cronograma físico-financeiro. Ao final da obra será emitido o termo de recebimento provisório, a ser assinado pelas partes, podendo-se ter uma lista de pendências para a plena conclusão dos serviços. Apenas após a plena e perfeita conclusão da obra, será emitido o termo de recebimento definitivo, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita pela empresa Contratada.

10. PAGAMENTOS

10.1. O aporte para obtenção de recursos para implantação do empreendimento é de responsabilidade integral da CONTRATADA, seja por recursos próprios ou por meio de financiamento através de instituição financeira, não cabendo à CODHAB qualquer tipo de pagamento ou ressarcimento à CONTRATADA.

11. ORDEM DE SERVIÇO E LOGÍSTICA DE ATUAÇÃO EM OBRA

11.1. A empresa contratada somente poderá iniciar os trabalhos após o recebimento da Ordem de Serviço – OS.

11.2. A Ordem de Serviço – OS, somente poderá ser emitida após apresentação de toda documentação para início dos trabalhos tais como:

I - Comprovação do recolhimento no CREA DF das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) pela Empresa Contratada (pessoa jurídica - § único do Art. 8º da Lei 5.194/66) e pelos Profissionais (Engenheiros e Arquitetos) que atuarão diretamente na execução e fiscalização das obras;

II - Alvarás e licenças necessárias para dar início às obras sendo os custos para obtenção das documentações sendo de exclusividade da CONTRATADA;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

III - Documentos que comprovem a regularidade trabalhista, com planilha de relação de empregados, escolaridade, atividades a serem desenvolvidas, bem como tempo de experiência na função;

11.3. A empresa contratada deverá apresentar antes do início efetivo dos trabalhos, o engenheiro responsável técnico que coordenará, supervisionará e orientará diariamente todos os trabalhos a serem executados ao longo do Contrato, bem como seu substituto eventual.

11.4. A Contratante poderá, a seu critério, exigir a imediata substituição de profissionais alocados para execução da obra contratada.

11.5. A Contratada deverá manter no local do serviço um diário de ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, sendo 2 (duas) destacáveis, contendo o registro de fatos normais do andamento dos trabalhos, como: entrada e saída de equipamentos, trabalhos em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de obra, inclusive para as atividades de suas subcontratadas. Não obstante, a Contratada também se obriga a manter em arquivo a disposição da fiscalização, o registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de trabalhos e etapas de montagem, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos trabalhos, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e fiscalização. Toda documentação deverá ser repassada quinzenalmente em forma de relatório para o engenheiro fiscal, formalmente designado pela Contratante.

11.6. A execução da obra contratada será planejada e controlada através do cronograma físico-financeiro, elaborado pela CONTRATADA e submetido à FISCALIZAÇÃO da CODHAB, 10 (dez) dias após a liberação da Ordem de Serviço, para aprovação.

11.7. A programação da execução integral do serviço contratado deverá ser previamente submetida à fiscalização para aprovação; em particular, o cronograma com as datas de execução dos trabalhos que eventualmente implicarem em desligamento parcial ou total da energia, abastecimento de água, barulho, poeira. Nestes casos, os transtornos deverão ser comunicados inclusive aos moradores, vizinhos e indivíduos diretamente afetados pelos trabalhos.

11.8. Sempre que a interrupção do fornecimento de energia elétrica ou o desligamento de circuito(s) de distribuição se faça(m) imprescindível(is), a Contratada deverá comunicar formalmente a Fiscalização do Contrato, justificando a necessidade e, se caso for necessário, submetendo a revisão/atualização do Cronograma de Trabalho constante da Programação inicialmente aprovada, ao consentimento prévio e formal da CODHAB.

11.9. Durante a execução do serviço, a Contratada deverá:

11.9.1. Submeter previamente à aprovação da fiscalização:

I - Até 5 dias após o início dos trabalhos, o projeto de mobilidade, definindo o contingenciamento de pessoal e equipamentos, bem como dispor o cronograma e plano de execução dos trabalhos.

II - Eventuais ajustes no cronograma e plano de execução da obra ao longo dos trabalhos, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

III - Todos os materiais e métodos executivos a serem aplicados.

IV - Qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos no plano de execução da obra.

V - Os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados na construção objeto do contrato.

11.9.2. Providenciar as ligações provisórias das utilidades necessárias à execução da obra, como água, esgotos, energia elétrica e telefones, sem ônus adicionais para a CODHAB.

11.9.3. Manter instalações, empregados, ferramentas e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato no local do serviço.

11.9.4. Providenciar para que os materiais, mão-de-obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e plano de execução do serviço objeto do contrato.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- 11.9.5.** Alocar os recursos necessários à administração e execução do serviço, inclusive os destinados ao pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.
- 11.9.6.** Executar os ajustes nas parcelas concluídas do serviço ou em execuções determinadas pela fiscalização.
- 11.9.7.** Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinário que ocorra no local dos trabalhos.
- 11.9.8.** Realizar os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, trabalhos e equipamentos a serem aplicados no serviço, mediante anuência prévia do engenheiro fiscal.
- 11.9.9.** Viabilizar os ensaios e testes que porventura devam ser realizados em fábrica, na linha de produção, para aceite do produto pelo fiscal na presença do fornecedor.
- 11.9.10.** Evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local da obra, programando adequadamente as atividades executivas.
- 11.9.11.** Providenciar em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento definitivo do serviço, a desmobilização de todo pessoal, máquinas, equipamentos e materiais, deixando todas as áreas do terreno limpo e livres de entulhos e detritos de quaisquer naturezas.
- 11.10.** Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente observados pela Contratada, antes e durante a execução da obra, devendo a mesma relatar à fiscalização qualquer eventual incoerência, falha ou omissão, porventura constatada quando da sua interpretação.
- 11.11.** Nenhum trabalho adicional ou modificação poderá ser efetivado pela Contratada sem a prévia e expressa autorização formal da fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.
- 11.12.** Todas as eventuais modificações no projeto durante a execução das etapas dos serviços serão documentadas pela Contratada, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluído-as em seus laudos.
- 11.13.** A Contratada ficará obrigada a cumprir integralmente o escopo do objeto deste Projeto Básico, respeitando-se as quantidades e valores unitários constantes nos projetos e especificações técnicos fornecidos, bem como da Proposta Comercial apresentada no ato da Licitação.
- 11.14. Não serão admitidas modificações sem a prévia formalização de consulta ao Executor do Contrato, e emissão do correspondente Termo Aditivo ao Contrato, suprimindo e/ou incrementando serviços/itens de fornecimento, e da Nota de Empenho, quando for o caso;**
- 11.15.** A Contratada somente poderá subcontratar parte da obra mediante anuência prévia e formal da CODHAB; desde que, não ultrapasse o limite de 20% do valor global do Contrato, conforme prevê o artigo 78 da Lei nº 13.303/2016.
- 11.16.** Em hipótese alguma, será admitida a subcontratação de empresas não indicadas formalmente na Proposta Comercial apresentada no ato da Licitação, e prévia e formalmente autorizadas pela CODHAB;
- 11.17.** Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar à fiscalização as medidas de segurança à serem adotadas durante a execução das parcelas da obra, atendendo aos princípios e disposições da NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.
- 11.18.** Caberá à Contratada manter no canteiro de obra medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que eventualmente ocorram durante a execução dos trabalhos nos termos da NR 18.
- 11.19.** A Contratada fornecerá o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO, o Programa de Prevenção de Risco Ambiental – PPRA e o Programa de Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção para a obra, cumprindo os programas fornecidos.
- 11.20.** A Contratada manterá organizada, limpa e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de obra, especialmente as vias de circulação, passagens, escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

11.21. A Contratada deverá sinalizar com placas de advertência, cones, faixas de alerta e interdição, os locais em que a execução da reforma estiver próximo às áreas de circulação ou de trabalho dos servidores.

11.22. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruindo portas e acessos.

11.23. Caberá à Contratada comunicar à fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução da obra, inclusive princípios de incêndio.

11.24. Ficará por conta da Contratada estabelecer o seu horário de trabalho, de acordo com as normas locais e a CLT.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS

12.1. Para as fases intermediárias a aceitação dos serviços estará condicionada à apresentação e aceitação da planilha de medição dos serviços, ao preenchimento e assinatura do diário de ocorrência de obras, e à perfeita execução dos serviços segundo os projetos e especificações fornecidos de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro, vistoriadas pelo executor do contrato, fiscal da obra ou comissão designada.

12.2. Para o recebimento da obra concluída, a aceitação dos serviços deverá seguir as seguintes premissas:

12.3. RECEBIMENTO

I - Concluída a obra, a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito e dentro de 20 (vinte) dias, seu Recebimento Provisório;

II - O recebimento será efetuado pelo executor do contrato ou por comissão designada pelo presidente da CODHAB;

III - As pendências relatadas pela comissão deverão ser sanadas pela CONTRATADA em 30 dias corridos, ficando a liberação da última fatura não inferior a 10% do valor do contrato, condicionada ao cumprimento das pendências.

IV - O termo de recebimento definitivo será emitido em até 90 (noventa) dias corridos da emissão do termo de recebimento provisório, desde que atendidos todos os apontamentos registrados pelo executor, fiscal ou comissão de recebimento, dirimidas todas as dúvidas e equacionadas todas as pendências verificadas nas etapas de execução, observado o disposto no Art.69 da Lei nº. 8666/93 e republicado no DOU de 06/07/94.

V - A CONTRATADA, para as demais pendências, terá um prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, para realizar a manutenção e resolver a pendência, após a solicitação do executor do contrato ou da comissão designada, que em caso excepcional poderá estender esse prazo;

VI - Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da CONTRATADA com o cumprimento do prazo, irredutível, de 5 (cinco) anos de garantia dos serviços executados, mencionados no artigo 618 caput e parágrafo único – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

"Art. 618. - Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias ao aparecimento do vício ou defeito."

VII - Após o Recebimento Provisório da obra, a CONTRATADA e ou seus sócios proprietários responderão solidariamente pelas garantias integrais e quando necessário dará manutenção,



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

sem qualquer ônus para esta CODHAB, dos seguintes itens e nos seus respectivos períodos mínimos, e sem prejuízo do que prevê a legislação específica:

- Instalações Elétricas, 2 (Dois) anos, exceto lâmpadas;
- Instalações Hidráulicas, 2 (Dois) anos;
- Instalações Sanitárias, 2 (Dois) anos;
- Revestimentos, 2 (Dois) anos;
- Pisos, 2 (Dois) anos;
- Pinturas, 2 (Dois) anos;
- Esquadrias metálica (portas, grades e janela), 2 (Dois) anos;
- Impermeabilização, Fundações, 5 (cinco) anos;
- Ferragens, fechaduras, trincos e esquadrias, 2 (cinco) anos;
- Equipamentos elétricos, 2 (Dois) ano anos;
- Aterramentos, 2 (Dois) anos;

12.4. LIMPEZA

I - A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo, as instalações, equipamentos e aparelhos apresentarem perfeito funcionamento.

II - Todas as instalações deverão estar definitivamente ligadas;

III - Todo o entulho deverá ser removido do terreno pela CONTRATADA;

IV - Serão lavados convenientemente, e de acordo com as especificações, os pisos, ferragens e metais, devendo ser removidos quaisquer vestígios de tintas, manchas e argamassa;

V - Os pisos cimentados serão lavados com produto adequado. Salpicos e aderências serão removidos com espátula e palha de aço, procedendo-se finalmente e lavagem com água;

VI - As ferragens de esquadrias serão limpas com removedor adequado polindo-se finalmente com flanela seca;

VII - A obra será entregue com o terreno externo perfeitamente regularizado e retiradas inclusive, as construções relativas ao canteiro, consideradas de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Caberá à contratada somente construir no lote indicado no Projeto Básico e seus anexos, devendo seguir exclusivamente aos projetos e especificações fornecidos, além de garantir a perfeita execução das obras afim de que as condições de habitabilidade estejam presentes, devendo qualquer alteração só ter validade por solicitação formal encaminhada ao executor do contrato pela empresa contratada, acompanhado da devida justificativa quanto à sua alteração devendo o executor do contrato avaliar a justificativa e autorizar ou não a proceder à alteração.

13.2. A empresa contratada é responsável por todos os processos de licenciamento e autorizações edilícias e ambientais, emissão de alvarás, Habite-se, registros cartoriais, elaboração e registro do memorial de incorporação, análise de crédito dos proponentes mutuários indicados pela CODHAB, formalização de processo de aquisição da respectiva unidade habitacional, bem como pelo pagamentos de todas as taxas, emolumentos e serviços que incidirem à completa implantação do empreendimento, inclusive sobre a permuta em unidades habitacionais como pagamento dos projetos fornecidos pela CODHAB e da fração ideal do terreno.

13.3. Iniciar a obra somente após emissão da ordem de serviço pelo executor do contrato.

13.4. Garantir o pleno funcionamento e bom estado de conservação da obra e das peças, mobiliários, pinturas, rodapés e instalações da obra tais como portas, maçanetas, janelas, telhado, torneiras, chuveiros, tubos e conexões, tomadas, eletrodutos, caixas de passagens, caixas de inspeção, caixas de gordura, caixas de sabão, tanque, forro e todas as demais peças presentes.

13.5. Cumprir o cronograma físico financeiro da obra, devendo qualquer desvio em relação ao cumprimento das etapas previstas, ser obrigatoriamente justificado ao executor do contrato que deverá analisar a justificativa do atraso e aplicar penalidade no caso de justificativa inconsistente, ou aceitar a justificativa.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

13.6. Dar condições para que a fiscalização da obra, por meio do executor, do fiscal ou da comissão executora do contrato, possa vistoriar, acompanhar e fiscalizar a obra, devendo atender qualquer exigência, modificações ou solicitação de reparos exigidos pelo executor do contrato, fiscal ou comissão executora, não impedindo, em nenhuma hipótese, o acesso da fiscalização às obras, objeto deste Projeto Básico.

13.7. Aceitar como dívida líquida, independentemente do seu montante, de qualquer execução, por parte da CONTRATANTE, de reparo ou substituição de falhas, vícios, defeitos ou imperfeições, por recusa, negligência ou demora de execução da CONTRATADA.

13.8. Comunicar, formalmente, ao executor do contrato, , modificações à serem executadas, em função de falhas ou inconsistências projetuais detectadas solicitando uma solução para os problemas encontrados, sendo de responsabilidade da CONTRATADA apresentar as modificações em as built.

13.9. Durante o período de vigência contratual, a Contratada deverá entregar, sempre que solicitada, à CODHAB, todo o material fotográfico, em mídia digital, juntamente com os laudos, diário de ocorrências e demais documentos inerentes à obra executada.

13.10. A Contratada será responsável pela observância das Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Distritais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas sub-contratadas e fornecedores sendo que, durante a execução da obra, a Contratada deverá:

I - Providenciar junto ao CREA/DF as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei no 6496/1977. O documento é necessário para o engenheiro responsável técnico da obra, devendo a Contratada arcar com as correspondentes taxas para registro no CREA/DF.

II - Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo da obra;

III - Obter junto ao INSS o certificado de matrícula relativo ao objeto do contrato para possibilitar o licenciamento da execução da obra, nos termos do artigo 220 do Decreto no 3.048/1999;

IV - Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, de conformidade com a Portaria nº 4/1995 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores, se necessário;

V - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado na obra objeto do contrato;

VI - Atender às normas técnicas, além das normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei e no caderno de encargos, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução da obra objeto do contrato;

VII - Obedecer rigorosamente às práticas estabelecidas no Código de obras e edificações do Distrito Federal;

13.11. Fornecer e instalar as placas de obra, em obediência às posturas distritais, ao agente financeiro (se houver), ao CREA-DF e aos autores do projeto de arquitetura e complementares.

13.12. Providenciar, durante toda a execução da obra, adequada proteção dos pedestres, vizinhos e das instalações existentes, de modo a garantir a estanqueidade dos trabalhos contra eventuais riscos, transtornos e possíveis danos materiais ou pessoais, causados pela execução dos trabalhos, ficando exclusivamente sob responsabilidade da CONTRATADA os custos e/ou despesas provenientes dos possíveis danos causados.

13.13. À CONTRATADA recomenda-se, antes da licitação:



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

I - Vistoriar o local da obra e/ou serviços objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, topografia, condições do terreno etc.;

II - Apresentar Declaração de Vistoria, conforme modelo Anexo I.d a este Projeto Básico, assinada por Responsável Técnico da empresa, expressando inteiro conhecimento das condições a que se refere o item anterior.

13.14. Compete à empresa fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos arquitetônicos, dos detalhes, das especificações e dos demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela CODHAB para a execução da obra e/ou serviços.

13.15. Dos resultados desta verificação preliminar, que será feita antes da licitação da obra e serviços deverá a empresa dar imediata comunicação por escrito à CODHAB, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras e serviços.

13.16. Após a assinatura do Contrato ficará pressuposta a concordância tácita de todas as condições e conhecimento sobre a região de execução das obras e de conhecimento pleno dos projetos e especificações, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

13.17. Caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão-de-obra, máquinas e aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e serviço e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

13.18. A Contratada responderá única e integralmente pela execução do serviço, pelos seus empregados, inclusive pelos trabalhos e empregados executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

13.19. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

I - Não observância das técnicas estatuídas no Decreto 92.100 de 10/12/85, MARE;

II - Falta de execução global dos serviços executados;

III - Falta de segurança e perfeição das obras e serviços realizados e sua consequente demolição e reconstrução solicitadas pela FISCALIZAÇÃO e pelo Autor do projeto;

IV - Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;

V - Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no DF, no que se refere aos serviços contratados.

13.20. SEGUROS E ACIDENTES

I - Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução das obras/serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados com as obras/serviços, ainda que ocorridos fora do canteiro.

II - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as exigências das Normas Regulamentares (NR) aprovada pela Portaria nº 3214 de 08/06/1978 e em especial a NR-18 que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

III - A CONTRATADA deverá atender à Lei n.º 6514 de 22.12.77 - CLT, relativa à segurança e medicina do trabalho:

"Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMEET)

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas."



IV - Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho

"NR-4 - O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 50 empregados).

NR-5 - A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que para execução do contrato, possuam acima de 50 empregados)."

V - Caberá à CONTRATADA manter no canteiro de obras, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para esse fim.

VI - A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação em vigor.

VII - É obrigação da CONTRATADA fazer, por sua própria conta, os seguros contra acidentes relativos à estabilidade e segurança da edificação e instalações, contra fogo, inclusive o celeste, quer da obra, quer de todos os materiais existentes no local da mesma.

VIII - A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de pagamento dos seguros quando da emissão da primeira fatura.

13.21. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

I - Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária a execução da obra e pós-obra.

II - A CONTRATADA deverá manter à disposição das obras e serviços, engenheiros ou arquitetos, legalmente habilitados, além de auxiliares de comprovada competência.

III - Caberá à CONTRATADA providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras/serviços até sua entrega provisória.

IV - A CONTRATADA providenciará, sempre que solicitados, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e prova de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

V - A CONTRATADA deverá manter no escritório da obra, em ordem, cópias de todos os projetos, detalhes, alvará de construção e o presente Caderno de Especificações.

VI - A CONTRATADA será responsável por todas as instalações preliminares relacionadas à limpeza de terreno, fornecimento de água e luz, transporte, local para depósito de material e outros serviços que se fizerem necessários.

VII - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência das obras aqui especificadas.

13.22. ETIQUETAGEM DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

13.22.1. A Etiqueta de Eficiência Energética em edificações faz parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e foi desenvolvida em parceria entre a Estatal Eletrobrás e o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro). Edifícios etiquetados com nível de eficiência "A" podem consumir até 50% menos energia do que um edifício não etiquetado. O programa de etiquetagem de edificações é parte de um amplo programa de governo que visa tanto a redução do consumo energético em edifícios quanto a redução nos investimentos para a produção de energia.

13.22.2. O projeto de Arquitetura das Unidades Habitacionais de Sobradinho, de autoria do escritório ArqBr, foi avaliado para o atendimento aos critérios de etiquetagem de edificações residenciais, cumprindo um dos itens abordados na ocasião da apresentação do projeto preliminar no Concurso de projetos 05/2016. O projeto atende aos requisitos para obtenção da etiqueta PBE – Edifica Nível A.

13.22.3. É de responsabilidade da Contratada emitir a etiqueta PBE – Edifica dos edifícios construídos junto a um Organismo de Inspeção Acreditado, seguindo todos os critérios



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

estabelecidos em projetos de arquitetura, projeto de aquecimento de água e às instruções presentes em relatórios específicos de avaliação de etiquetagem.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Nomear executor e/ou comissão executora do contrato, ou contratar uma empresa ou fiscal capacitado para acompanhamento e fiscalização de todas as ações relativas a implantação do empreendimento.

14.2. Encaminhar o processo, Projeto Básico, os projetos técnicos, projeto executivo e as especificações técnicas por inteiro ao executor ou comissão executora do contrato.

14.3. Indicar a demanda habilitada no cadastro da CODHAB para a CONTRATADA para fins de análise de crédito dos proponentes mutuários e formalização de processo de aquisição da respectiva unidade habitacional; segundo os preceitos da Lei 3.877/2006.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A execução da obra e/ou serviço obedecerá às normas e métodos previstos na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, considerando-se as indicações contidas no projeto de arquitetura, nos projetos complementares, nos detalhes e nas especificações.

15.2. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

15.2.1. Os casos omissos do presente Projeto Básico serão resolvidos pela Comissão que deverá, subsidiariamente, valer-se das disposições legais vigentes aplicáveis;

15.2.2. A CODHAB reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, bem como adjudicar a contratação do seu objeto no todo ou em parte, sem que caiba às licitantes o direito de reclamação ou indenização de qualquer espécie, excepcionada a hipótese do Art. 81, § 4º da Lei 13.303/2016.

15.2.3. São inaceitáveis alegações futuras de desconhecimento de fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução e a entrega do objeto licitado. Recomenda-se que o licitante visite e examine o Local das Obras e cercanias obtendo para sua própria utilização, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para a elaboração de sua proposta e eventual celebração do Contrato. Todos os custos associados à visita ao Local das Obras serão arcados integralmente pelos próprios licitantes.

15.3. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

15.3.1. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

a) Qualquer divergência entre a Planilha Orçamentária e o Caderno de Especificações; desenho de detalhes e o projeto arquitetônico, desenhos de projetos arquitetônicos e o Caderno de Especificações; cotas de desenhos e suas dimensões medidas em escala, desenhos de escalas diferentes, será definida pelo executor ou fiscal da obra.

b) Em caso de divergências entre o Caderno de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas;

c) Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no presente Caderno de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO da CODHAB;

d) Não caberá à CONTRATADA alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

15.3.2. À CONTRATADA, fica vetado o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução das obras, proveniente de pessoas não autorizadas.

15.4. RECURSOS E ARBITRAGENS

15.4.1. Para qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no presente Caderno de Especificações, nos desenhos de projetos e detalhes inerentes a cada obra e/ou serviço ou no Contrato de que faz parte, a CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CODHAB para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

15.4.2. Caso a CONTRATADA não atenda as solicitações e ou não resolva as pendências poderá ser penalizada conforme item 19 deste Projeto Básico.

16. PROPOSTA DE PREÇO

16.1. A empresa interessada em participar do certame licitatório deverá apresentar a documentação sobre as seguintes condições:

16.1.1. Ser apresentada em uma via, contendo todas as informações exigidas no modelo do Anexo I.g deste Projeto Básico, constando o preço proposto por unidade habitacional e por tipologia, expresso em Reais (R\$) e o valor global do empreendimento, em algarismos arábicos e por extenso, devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

16.1.2. Indicar a razão social, número de inscrição no CNPJ, nome e identificação de seu representante legal e a data de sua apresentação conforme Anexo I.g;

16.1.3. Constar o Preço da unidade habitacional proposto, que deve incluir o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas - e computar todos os custos necessários à elaboração dos projetos, à construção das unidades habitacionais, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas cartorárias, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

16.1.4. Indicar o prazo para a construção das unidades habitacionais, que não poderá ser superior ao prazo constante do item 8 deste Projeto Básico.

16.1.5. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

16.2. Os Orçamentos deverão atender aos seguintes requisitos:

16.2.1. Os valores monetários deverão ser expressos em Reais (R\$), com apenas duas casas decimais, desprezando as demais;

16.2.2. O BDI deverá estar expresso em percentual e em Reais (R\$).

16.3. O participante deverá elaborar o seu Orçamento Detalhado, com base neste Projeto Básico e seus anexos e na visita para conhecimento das condições locais, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento dos serviços, dos quantitativos, e dos demais custos que forem necessários para a construção das unidades habitacionais.

16.4. As despesas com a administração local não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, devendo ser computadas no custo direto da obra, conforme subitem 9.1.2.5 do Acórdão nº 1.427/2007 TCU - Plenário.

16.5. O percentual atribuído para cada etapa dos diversos itens deverá ser coerente com a complexidade e a interdependência dos serviços, refletindo a proporcionalidade e sequência das etapas em relação ao total do item.

16.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob as alegações de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

16.7. O preço de construção não poderá ser superior ao do item 6.1 deste Projeto Básico.

17. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

17.1. A empresa participante será classificada por dois (dois) critérios de pontuação que julgará a maior pontuação a quem ofertar o menor custo da unidade habitacional e o maior número de unidades habitacionais para o patrimônio da CODHAB, conforme Tabelas 01 e 02 abaixo descritas

17.2. A Comissão de Licitação procederá à classificação das empresas em ordem decrescente, em função da pontuação apresentada, sendo denominada como classificação original.

Tabela A



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

Preço MAIOR que o VALOR de REFERÊNCIA					Preço MENOR ou IGUAL ao VALOR de REFERÊNCIA			
>20% ou superior	>15 a 20%	>10 a 15%	>5 a 10%	>0 a 5%	≤0 a 5%	<5 a 10%	<10 a 15%	<15% ou superior
0	12,5	25	37,5	50	62,5	75	87,5	100

Tabela B

UNIDADE HABITACIONAIS			
REFERÊNCIA Tabela item 6.2	QT UH +1	QT UH +2	QT UH +3
Pontuação	30	60	100

Total da Pontuação Final:

PF = (pontos tabela A) + (pontos tabela B x 0,60)

18. GARANTIA

18.1. A empresa contratada prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da avaliação dos terrenos e projetos, nos termos do art 69 Inciso V da Lei 13.303/2016 e o art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos públicos, com registro na SELIC;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

18.2. A empresa contratada tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura do contrato firmado, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

18.3. Para corrigir eventuais imperfeições verificadas na execução do contrato ou no caso de sua rescisão por culpa exclusiva da empresa, a CODHAB/DF poderá utilizar-se da garantia, revertendo-a efetiva e definitivamente a seu favor, na sua totalidade ou pelo saldo que apresentar, sem prejuízo das perdas e danos apurados.

18.4. A empresa contratada se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data em que for notificada pela CODHAB/DF, mediante correspondência entregue com contra recibo.

18.5. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

18.6. Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

18.7. Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados no BRB Banco de Brasília, à ordem do Diretor Presidente da CODHAB/DF, conforme estabelecido no Decreto n.º 93.872/ 1986.

18.8. A garantia prestada pela empresa selecionada será liberada ou restituída após a plena execução do contrato firmado entre a empresa e o agente financeiro. Quando a garantia for realizada em dinheiro, a mesma deverá ser atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais ou condições do presente Projeto Básico, serão aplicadas as penalidades constantes na Lei 13303/2016, Artigo 82, 83 e 84.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. São anexos ao presente projeto básico:

SCS Q.6 Bloco A Lotes 12/13 – Brasília / DF – CEP: 71988-001

CPL: (61) 3214-1830

www.codhab.df.gov.br



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

20.1.1. ANEXO I.a: PLANTA DE SITUAÇÃO -

20.1.2. ANEXO I.b:

20.1.2.1. PROJETO DE ARQUITETURA,

20.1.2.2. FUNDAÇÃO,

20.1.2.3. ESTRUTURAL,

20.1.2.4. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

20.1.2.5. HIDROSSANITÁRIO E ÁGUAS PLUVIAIS

20.1.2.6. PREVENÇÃO DE COMBATE A INCENDIO E INSTALAÇÕES DE GÁS

20.1.2.7. TELEFONE, INTERFONE E ANTENA.

20.1.2.8. INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTÃO

20.1.2.9. INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTÃO

20.1.2.10. INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

20.1.2.11. ESQUADRIAS

20.1.2.12. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA,

20.1.2.13. RRT

20.1.3. ANEXO I.c: PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

20.1.4. ANEXO I.d: DECLARAÇÃO DE VISTORIA

20.1.5. ANEXO I.e: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

20.1.6. ANEXO I.f: DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES

20.1.7. ANEXO I.g: PROPOSTA DE PREÇOS

20.2. A autoridade competente poderá revogar o Edital de Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as empresas participantes.

20.4. Se houver indícios de conluio entre as empresas participantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Comissão de Licitação comunicará os fatos verificados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para as providências devidas.

20.5. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.

Brasília, de outubro de 2017.

Nota: Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone: 0800-6449060. (Redação extraída do Decreto nº 34.031 de 12 de dezembro de 2012).



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO I.a

**PLANTAS DE SITUAÇÃO, MAPAS DE ENDEREÇOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS, LAUDOS DE
SONDAGEM**

DOWNLOAD NO SITE: www.codhab.df.gov.br



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – **CODHAB/DF**

ANEXO I.b

**PROJETOS DE ARQUITETURA, FUNDAÇÃO, ESTRUTURAL, INSTALAÇÕES (ELÉTRICA, ÁGUA,
ESGOTO E TELEFONE)**

DOWNLOAD NO SITE: www.codhab.df.gov.br



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – **CODHAB/DF**

ANEXO I.c

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DOWNLOAD NO SITE: www.codhab.df.gov.br



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO I.d

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos para fins de participação na Licitação nº /2016, que a empresa
_____, CNPJ nº
_____, representada por seu Responsável Técnico
_____, CREA nº _____, realizou vistoria em todos os
endereços dos locais onde serão realizados os serviços, objeto deste Edital, e está ciente de todas
as condições existentes.

Engenheiro da Empresa
CREA nº _____

Brasília/DF, ____ de _____ de 2017.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO I.e

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

A empresa _____, CNPJ ou CPF
_____, sediada à
_____ declara, sob as
penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no
presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília/DF, de _____ de 2017.

(nome e número da identidade do declarante)



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO I.f

DECLARAÇÃO (MENORES)

A empresa....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

☐

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Brasília/DF, de de 2017.

.....
(representante legal)
(observação: em caso afirmativo, assinalar "X" na ressalva acima)



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO I.g

PROPOSTA DE PREÇO

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL /2017

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Cadastramento Municipal/Distrital:

Endereço do estabelecimento:

Bairro:

CEP:

Telefone:

Nome do Diretor da Empresa:

CPF:

Celular:

Prazo de obras: _____

Valor Unitário: R\$ _____ (_____)

Valor do Empreendimento: R\$ _____ (_____)

Local e Data

Carimbo/ Assinatura da Empresa



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

ANEXO II**MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2017 – CODHAB**

CONTRATO Nº ____/2017 – DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB E _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Processo no. 392.002.367/2017

A **COMPANHIA HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – CODHAB**, empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autorização legislativa de criação pela Lei 4.020, de 25 de setembro de 2007, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, estando vinculada à Secretaria de Estado da Gestão do Território e Habitação - SEGETH, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 09.335.575/0001-30, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra-06, Bloco “A”, nº 50, 5º andar, Edifício Sofia, Brasília/DF, neste ato representado na pessoa de seu Diretor-Presidente **GILSON JOSÉ PARANHOS DE PAULA E SILVA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 305.776-SSP/DF e do CPF nº 119.788.561-72, residente e domiciliado nesta Capital, com autorização da Diretoria Executiva da CODHAB/DF, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal (Decreto no. 32.598/2010) doravante denominada simplesmente **CODHAB/DF**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o no. _____ com sede _____, neste ato representada por seu Diretor, _____, residente e domiciliados nesta Capital, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme Edital de Licitação mediante **CONCORRÊNCIA Nº 004/2017**, realizada de acordo com a Lei no. 13.303/2016, à qual se sujeitam as partes Contratantes tendo em vista o constante do **Processo Administrativo nº 392-002.367/2017 – CODHAB** resolvem firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto desta contratação será a execução de empreendimento habitacional de interesse social localizado em Sobradinho - RA V, **conforme o projeto técnico, especificações, serviços e orçamento.**

GRUPO	ENDEREÇO	LOTE	Unidades Habitacionais – Área estimada	Área Estimada da Edificação
01	QD 02 CJ B7 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m² 24 UH – 03 QT – 68 m²	8.630,64 m²
02	QD 02 CJ B7 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m² 24 UH – 03 QT – 68 m²	8.590,27 m²
03	QD 02 CJ B4 PROJ B	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m² 24 UH – 03 QT – 68 m²	8.511,46 m²
04	QD 02 CJ C6 PROJ A	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m² 24 UH – 03 QT – 68 m²	8.641,80 m²
05	QD 02 CJ C6 PROJ C	60x15	60 UH – 02 QT – 55 m² 24 UH – 03 QT – 68 m²	8.662,97 m²



CLÁUSULA SEGUNDA - CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro – Os serviços a serem executados são aqueles descritos no **Item 05 (DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS)** constante do Projeto Básico e todos os seus anexos, os quais integram o presente instrumento independente de transcrição.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá executar os serviços com estrita observância ao que dispõe o Edital e seus Anexos, sua proposta, os termos deste contrato e os demais elementos constantes do Processo Administrativo no. **392-002.367/2017 - CODHAB**, que integram o presente instrumento, independente de transcrições.

Parágrafo Terceiro – A Concorrência será realizada de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto das Estatais), notadamente, os artigos 68 a 84, e, no que couber, à Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a.** Somente construir no lote indicado no Projeto Básico e seus anexos, devendo seguir **exclusivamente aos projetos e especificações fornecidos**, além de garantir a perfeita execução das obras afim de que as condições de habitabilidade estejam presentes, devendo qualquer alteração só ter validade por solicitação formal encaminhada ao executor do contrato pela empresa contratada, acompanhado da devida justificativa quanto à sua alteração devendo o executor do contrato avaliar a justificativa e autorizar ou não a proceder à alteração.
- b.** A **CONTRATADA** é responsável por todos os processos de licenciamento e autorizações edilícias e ambientais, emissão de alvarás, Habite-se, registros cartoriais, elaboração e registro do memorial de incorporação, análise de crédito dos proponentes mutuários indicados pela CODHAB, formalização de processo de aquisição da respectiva unidade habitacional, bem como pelos pagamentos de todas as taxas, emolumentos e serviços que incidirem à completa implantação do empreendimento, inclusive sobre o pagamento dos projetos fornecidos pela CODHAB, pagamento da taxa de administração do cadastro e da fração ideal do terreno.
- c.** Iniciar a obra somente após emissão da ordem de serviço pelo executor do contrato.
- d.** Garantir o pleno funcionamento e bom estado de conservação da obra e das peças, mobiliários, pinturas, rodapés e instalações da obra tais como portas, maçanetas, janelas, telhado, torneiras, chuveiros, tubos e conexões, tomadas, eletrodutos, caixas de passagens, caixas de inspeção, caixas de gordura, caixas de sabão, tanque, forro e todas as demais peças presentes.
- e.** Cumprir o cronograma físico financeiro da obra, devendo qualquer desvio em relação ao cumprimento das etapas previstas, ser obrigatoriamente justificado ao executor do contrato que deverá analisar a justificativa do atraso e aplicar penalidade no caso de justificativa inconsistente, ou aceitar a justificativa.
- f.** Dar condições para que a fiscalização da obra, por meio do executor, do fiscal ou da comissão executora do contrato, possa vistoriar, acompanhar e fiscalizar a obra, devendo atender qualquer exigência, modificações ou solicitação de reparos exigidos pelo executor do contrato, fiscal ou comissão executora, não impedindo, em nenhuma hipótese, o acesso da fiscalização às obras, objeto desta Concorrência **XX/2017**.
- g.** Aceitar como dívida líquida, independentemente do seu montante, de qualquer execução, por parte da **CONTRATANTE**, de reparo ou substituição de falhas, vícios, defeitos ou imperfeições, por recusa, negligência ou demora de execução da **CONTRATADA**.
- h.** Comunicar, formalmente, ao executor do contrato, modificações a serem executadas, em função de falhas ou inconsistências projetuais detectadas solicitando uma solução para os problemas encontrados, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** apresentar as modificações em *as built*.
- i.** Durante o período de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá entregar, sempre que solicitada, à CODHAB, todo o material fotográfico, em mídia digital, juntamente com os laudos, diário de ocorrências e demais documentos inerentes ao empreendimento.



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

j. A CONTRATADA será responsável pela observância das Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Distritais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas sub-contratadas e fornecedores sendo que, durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá:

- i.** Providenciar junto ao CREA/DF as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei no 6496/1977. O documento é necessário para o engenheiro responsável técnico da obra, devendo a CONTRATADA arcar com as correspondentes taxas para registro no CREA/DF.
- ii.** Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o a entrega completa do empreendimento;
- iii.** Obter junto ao INSS o certificado de matrícula relativo ao objeto do contrato para possibilitar o licenciamento da execução da obra, nos termos do artigo 220 do Decreto no 3.048/1999;
- iv.** Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, de conformidade com a Portaria nº 4/1995 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores, se necessário;
- v.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado na obra objeto deste contrato;
- vi.** Atender às normas técnicas, além das normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei e no caderno de encargos, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução da obra objeto deste contrato;
- vii.** Obedecer rigorosamente às práticas estabelecidas no Código de obras e edificações do Distrito Federal;
- k.** Fornecer e instalar as placas de obra, em obediência às posturas distritais, ao agente financeiro (se houver), ao CREA-DF e DF e aos autores do projeto de arquitetura e complementares.
- l.** Providenciar, durante toda a execução da obra, adequada proteção dos pedestres, vizinhos e das instalações existentes, de modo a garantir a estanqueidade dos trabalhos contra eventuais riscos, transtornos e possíveis danos materiais ou pessoais, causados pela execução dos trabalhos, ficando exclusivamente sob responsabilidade da CONTRATADA os custos e/ou despesas provenientes dos possíveis danos causados.
- m.** Compete à empresa fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos arquitetônicos, dos detalhes, das especificações e dos demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela CODHAB para a execução da obra e/ou serviços.
- n.** Caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão-de-obra, máquinas e aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e serviço e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.
- o.** A CONTRATADA responderá única e integralmente pela execução do serviço, pelos seus empregados, inclusive pelos trabalhos e empregados executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.
- p.** Após a assinatura deste Contrato ficará pressuposta a concordância tácita de todas as condições e conhecimento sobre a região de execução das obras e de conhecimento pleno dos projetos e especificações, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

- i.** Não observância das técnicas estatuídas no Decreto 92.100 de 10/12/85, MARE;
- ii.** Falta de execução global dos serviços executados;



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- iii. Falta de segurança e perfeição das obras e serviços realizados e sua consequente demolição e reconstrução solicitadas pela FISCALIZAÇÃO e pelo Autor do projeto;
- iv. Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;
- v. Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no DF, no que se refere aos serviços contratados.

q. SEGUROS E ACIDENTES

- i. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução das obras/serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados com as obras/serviços, ainda que ocorridos fora do canteiro.
- ii. A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as exigências das Normas Regulamentares (NR) aprovada pela Portaria nº 3214 de 08/06/1978 e em especial a NR-18 que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
- iii. A CONTRATADA deverá atender à Lei n.º 6514 de 22.12.77 - CLT, relativa à segurança e medicina do trabalho:
"Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)
Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas."
- iv. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho
"NR-4 - O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 50 empregados).
NR-5 - A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que para execução do contrato, possuam acima de 50 empregados)."
- v. Caberá à CONTRATADA manter no canteiro de obras, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para esse fim.
- vi. A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação em vigor.
- vii. É obrigação da CONTRATADA fazer, por sua própria conta, os seguros contra acidentes relativos à estabilidade e segurança da edificação e instalações, contra fogo, inclusive o celeste, quer da obra, quer de todos os materiais existentes no local da mesma.
- viii. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de pagamento dos seguros quando da emissão da primeira fatura.

r. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

- i. Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária a execução da obra e pós-obra.
- ii. A CONTRATADA deverá manter à disposição das obras e serviços, engenheiros ou arquitetos, legalmente habilitados, além de auxiliares de comprovada competência.
- iii. Caberá à CONTRATADA providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras/serviços até sua entrega provisória.
- iv. A CONTRATADA providenciará, sempre que solicitados, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e prova de materiais fornecidos e de serviços executados,



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

- v. A CONTRATADA deverá manter no escritório da obra, em ordem, cópias de todos os projetos, detalhes, alvará de construção e o presente Caderno de Especificações.
- vi. A CONTRATADA será responsável por todas as instalações preliminares relacionadas à limpeza de terreno, fornecimento de água e luz, transporte, local para depósito de material e outros serviços que se fizerem necessários.
- vii. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência das obras aqui especificadas.

s. ETIQUETAGEM DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- i. O projeto de Arquitetura das Unidades Habitacionais de Sobradinho, de autoria do escritório ArqBr, foi avaliado para o atendimento aos critérios de etiquetagem de edificações residenciais, cumprindo um dos itens abordados na ocasião da apresentação do projeto preliminar no Concurso de projetos 05/2016. **O projeto atende aos requisitos para obtenção da etiqueta PBE – Edifica Nível A.**
- ii. **É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a etiqueta PBE – Edifica dos edifícios construídos junto a um Organismo de Inspeção Acreditado, seguindo todos os critérios estabelecidos em projetos de arquitetura, projeto de aquecimento de água e às instruções presentes em relatórios específicos de avaliação de etiquetagem.**

CLÁUSULA QUARTA – A CODHAB/DF obriga-se a:

- a. Nomear executor e/ou comissão executora do contrato, ou contratar uma empresa ou fiscal capacitado para acompanhamento para acompanhamento e fiscalização de todas as ações relativas à implantação do empreendimento.
- b. Encaminhar o processo, Projeto Básico, os projetos técnicos, projeto executivo e as especificações técnicas por inteiro ao executor ou comissão executora do contrato.
- c. Indicar a demanda habilitada no cadastro da CODHAB para a CONTRATADA para fins de análise de crédito dos proponentes mutuários e formalização de processo de aquisição da respectiva unidade habitacional;
- d. A seleção dos proponentes mutuários será feita exclusivamente pela CODHAB/DF, segundo os preceitos da Lei 3.877/2006.
- e. Na indicação dos proponentes mutuários, deverá ser garantido o atendimento dos percentuais mínimos previstos para pessoas com deficiência e idosos.
- f. Por meio do executor ou comissão executora do contrato, desempenhar as atividades relacionadas nos Itens 9, 11 e 12 constantes do Projeto Básico e seus anexos, os quais integram o presente instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O **PRAZO DE EXECUÇÃO das obras é de 18 (Dezoito) meses**, obedecendo às etapas do cronograma físico-financeiro, devendo qualquer atraso e/ou desvio em relação ao cumprimento das etapas previstas serem obrigatoriamente justificado previamente ao executor do contrato.

O **PRAZO DE VIGÊNCIA contratual será de 36 (Trinta e seis) meses**, contados a partir da assinatura do contrato com a CODHAB.

Parágrafo Primeiro – O PRAZO MÁXIMO PARA INÍCIO DAS OBRAS será **de 06 (seis) meses**, a partir da emissão da ordem de serviço pelo executor/comissão executora do Contrato, incluindo todo o prazo para emissão de Alvará de construção, registro de memorial de incorporação, procedimentos para obtenção de financiamento das obras, se for o caso, análise da demanda indicada pela CODHAB; remoção de interferências de rede ou outros, se necessário.

Parágrafo Segundo – Não estão incluídos no prazo de execução das obras os prazos de avaliação



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

pela equipe técnica e os prazos para eventuais correções e reavaliação dos serviços executados pelo executor do contrato da **CODHAB/DF**;

Parágrafo Terceiro – Sendo necessário e devidamente justificado, os prazos de execução dos serviços, avaliação e correção das imperfeições, poderão ser alterados pelo executor do contrato, desde que respeitado o prazo de vigência do contrato.

Parágrafo Quarto – O prazo para execução do objeto deste contrato só admitirá prorrogação para atendimento dos casos previstos na Lei nº. 13.303/2016.

Parágrafo Quinto – Os serviços serão executados dentro do prazo de vigência do contrato, observando as etapas do cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor global do empreendimento será de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx). O preço máximo da unidade habitacional de 02 quartos R\$ xxxxxxxxx e de 03 quartos R\$ xxxxxxxxx.

Parágrafo Primeiro – No valor das unidades habitacionais estão incluídos os custos do fornecimento de projetos pela CODHAB, da execução das obras das unidades habitacionais, das interligações de serviços públicos (água potável, água pluvial, esgoto, energia e telefonia), emissão dos documentos cartoriais e taxas/emolumentos relativos a requerimentos, aprovações, licenças, autorizações, além da taxa de administração do cadastro da CODHAB e do valor da fração ideal de terreno.

Parágrafo Segundo – Para fins da cobrança sobre o terreno avaliado em R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), bem como ressarcimento dos custos de fornecimento de projetos executivos fornecidos por esta CODHAB no valor de R\$ 226.237,55 (duzentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), será feita permuta em unidades habitacionais, onde a Empresa oferece a quantidade mínima 14 (quatorze) unidades, mais a quantidade de XX de UH em pagamento à CODHAB imóveis de 02 e 03 quartos, na quantidade XX unidades de 02 e de XX unidades para os de 03 quartos.

Parágrafo Quinto – Em período inferior a 01 (um) ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei 9.069/95. Ultrapassado esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente às UNIDADES HABITACIONAIS remanescentes ao período do reajustamento, nos termos da Lei nº 10.192/2001, adotando-se o INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV.

Parágrafo Sexto – O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste/repactuação será a data da apresentação da proposta, desde que o contrato seja assinado no prazo de sua validade.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de aditivos contratuais, deve-se manter a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado, de modo a se garantir o desconto inicial da proposta (fator K), observado o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, nos termos da Decisão TCDF nº 2344/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O aporte para obtenção de recursos para implantação do empreendimento é de responsabilidade integral da CONTRATADA, seja por recursos próprios ou por meio de financiamento através de instituição financeira, não cabendo à CODHAB qualquer tipo de pagamento ou ressarcimento à CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA será responsável pelo pagamento do fornecimento de projetos, pelo pagamento da taxa de administração do cadastro da CODHAB e pelo pagamento do valor da fração ideal do terreno nas condições elencadas na CLÁUSULA QUINTA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS

Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais, serão aplicadas as penalidades constantes da Lei 13.303/2016 e nos seguintes Decretos:



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – CODHAB/DF

- Decreto no. 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal no. 103 de 31 de maio de 2006, pag. 05 e 07;
- Decreto 26.993/2006 publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 13/julho/2006 (1ª alteração);
- Decreto 27.069/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 15/agosto/2006 (2ª alteração), que regulam a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais no. 8.666/93 de 21/06/1993 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A CODHAB/DF designará um executor ou comissão executora para o presente contrato com a incumbência de supervisionar, fiscalizar e acompanhar sua execução. Esta supervisão não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro – Caberá à fiscalização do Contrato zelar pelo cumprimento das cláusulas elencadas no presente contrato bem como praticar os atos administrativos cabíveis ao caso.

CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO.

A CODHAB poderá designar também uma Equipe Técnica de Recebimento e Fiscalização formada por técnicos da CODHAB além do Executor/Comissão executora do Contrato para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, ficando os Órgãos da Estrutura Orgânica desta Companhia no dever de prestar à equipe designada o apoio que ela vier a requisitar para o desempenho de suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – A empresa CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, nos termos do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, em uma das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

Parágrafo Segundo – A empresa CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura do contrato firmado, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

Parágrafo Terceiro – Para corrigir eventuais imperfeições verificadas na execução do contrato ou no caso de sua rescisão por culpa exclusiva da empresa, a CODHAB/DF poderá utilizar-se da garantia, revertendo-a efetiva e definitivamente a seu favor, na sua totalidade ou pelo saldo que apresentar, sem prejuízo das perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto – A empresa CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data em que for notificada pela CODHAB/DF, mediante correspondência entregue com contra recibo.

Parágrafo Quinto – Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Sexto – Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Parágrafo Sétimo – Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados no BRB Banco de Brasília, à ordem do Diretor Presidente da CODHAB/DF, conforme estabelecido no Decreto n.º 93.872/ 1986.

Parágrafo Oitavo – A garantia prestada pela empresa selecionada será liberada ou restituída após a plena execução do contrato firmado entre a empresa e o agente financeiro. Quando a garantia for



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2017 – **CODHAB/DF**

realizada em dinheiro, a mesma deverá ser atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A **CODHAB/DF** poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses autorizadas pelo artigo 68 e artigo 69 Inciso VII da Lei 13.303/2016 e artigo 79, inciso I, da Lei no. 8.666/1993, justificando o motivo e assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo artigo 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro – É vedada a subcontratação total do objeto do Contrato.

Parágrafo Segundo – É permitida a subcontratação parcial, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Terceiro – Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, com a Lei no 13.303/2016 e no que couber na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal sob a responsabilidade da **CODHAB/DF**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

É competente o foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato.

E, por estarem assim justos e de acordo, assinam o presente em 03(três) vias de igual forma e teor, na presença de 02(duas) testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam.

Brasília-DF, de de 2017.

P/ CODHAB/DF:

GILSON JOSÉ PARANHOS
Presidente

P/ CONTRATADA:

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

2.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx